HIDRO - ELÉCTRICA ALTO ALENTEJO
S. A. R. L.

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL

BALANÇO E CONTAS
REFERENTES À GERÊNCIA DE 1965

LISBOA
AVENIDA DUQUE DE LOULÉ, 110

CPE
COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE

DCI | C 29. JUN. 1972 | D 7291

HIDRO-ELÉCTRICA DO DOURO
S. A. R. L.
BIBLIOTECA
DATA Março 66 C. D.

16669 A

GERÊNCIA DE 1965

HIDRO - ELÉCTRICA ALTO ALENTEJO

S. A. R. L.

CAPITAL: 400 000 000$00

SEDE - AVENIDA DUQUE DE LOULÉ, 110 — LISBOA

CONVOCAÇÃO

É convocada a Assembleia Geral Ordinária desta Sociedade a reunir-se no dia 28 de Março próximo, na Casa do Alentejo, Rua das Portas de Santo Antão, 58, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1) — Apreciar e votar o Relatório, Balanço e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1965.

2) — Deliberar sobre o aumento de capital social.

Para cumprimento do artigo 26.º dos Estatutos, os Senhores Accionistas deverão, até ao dia 19 do corrente mês de Março, averbar ou depositar as suas acções no cofre social ou em qualquer banco ou casa bancária, que o comunique dentro do mesmo prazo.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1966.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Alfredo Augusto Filipe

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

REFERENTE AO ANO DE 1965

SENHORES ACCIONISTAS:

Cumpre-nos a honra de apresentar a V. Ex.as e submeter à vossa apreciação o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício de 1965:

DADOS ESTATÍSTICOS

Produção, aquisição e venda de energia eléctrica

			1964 kWh	1965 kWh
Energia produzida	Centrais da H.E.A.A.	Sistema de Nisa	18 275 478	8 107 773
		Pracana	35 504 800	38 752 600
		Belver	190 936 000	155 864 000
	Centrais Hidro-Agrícolas	Ponsul	8 063 400	1 957 000
		Maranhão	16 357 000	5 891 000
		Montargil	11 887 000	3 459 000
		Gameiro	3 897 600	2 243 200
Energia recebida de outras Empresas		C. N. E.	37 085 580	81 288 353
		S. E. O. L.	2 777	1 595
Total de energia recebida na rede			322 009 635	297 564 521
Energia emitida pela H. E. A. A.:				
Para a sua própria rede			174 666 629	193 832 646
Para a C. N. E.			1 772 700	7 448 200
Para as C. R. G. E.			3 013 560	5 971 600
Para a S. E. O. L.			29 217 667	32 924 002
Para a U. F. A.			94 200 064	36 193 500
Para outros distribuidores			19 193 015	21 194 573
Consumo próprio			1 284 184	1 185 165
Perdas			24 509 170	27 329 036
Percentagem de perdas			7,61 %	9,18 %
Energia vendida em B. T.			35 882 482	38 132 605
Energia vendida em A. T.			260 333 799	230 917 715
N.º de consumidores em B. T. (31/12)			40 583	43 564
N.º de consumidores em A. T. (31/12)			287	308
N.º de Km de linhas em A. T.			1 740,895	1 806,749
N.º de redes de B. T. em exploração			116	121
Percentagem de incremento da rede			6,5 %	8,6 %

NOTA: No número indicado, como energia emitida para a sua própria rede, seguiu-se o critério de inclusão das perdas dessa rede e do consumo próprio.

Os números referidos dão, por si, a indicação de quanto o ano 1965, hidrològicamente, foi desfavorável. Torna-se, no entanto, conveniente alongar certos esclarecimentos e justificar alguns daqueles números.

Atravessámos um dos anos mais difíceis, consequência de uma estiagem das mais intensas, que se reflectiu tanto no campo energético como no campo agrícola.

A ausência quase total de chuva, durante o quadrimestre Maio/Agosto, foi a principal característica da estiagem de 1965, que as observações pluviométricas consideraram como uma das mais intensas.

O ano hidrológico, que tem o seu início em 1 de Novembro e termina em 31 de Outubro do ano seguinte, foi o pior, desde 1948/1949, sob o ponto de vista de produção de energia eléctrica, sendo o período Novembro/Dezembro o pior conhecido, no espaço de 42 anos, prolongando-se o regime de estiagem pelo mês de Janeiro

As chuvas com interesse hidroeléctrico, em 1964/65, terminaram na segunda quinzena de Março, sempre com desarmazenamento das albufeiras.

Logo, em meados de Março, iniciou-se o apoio térmico conjugado com o regime de importação de energia, principalmente de França.

Felizmente, as chuvas que começaram a cair ininterruptamente, logo no início do Outono, permitindo que as centrais iniciassem a sua laboração a pleno rendimento, modificaram as perspectivas do ano que, até então, foram de molde a causar apreensões. Bastará referir que a produção do último trimestre constituíu 42,2 % da totalidade anual.

Resumindo, as consequências da estiagem, no domínio de produção de energia, de um modo geral foram as seguintes:

a) — Diminuição acentuada, na produção das empresas hidroeléctricas.

b) — Importação, até fim de Setembro, de cerca de 400 milhões de kWh.

c) — Recurso ao apoio térmico, consequentemente com produção 35 % mais cara que a de carácter hídrico.

Com referência, especialmente à nossa Empresa, a produção foi de 216 274 573 kWh, inferior em 68 646 705 kWh à do ano anterior e às necessidades da nossa rede, que absorveu 297 564 521 kWh, tendo de se comprar 85 550 787 kWh.

Tal aquisição de energia correspondeu a um encargo de 35 061 668$00, em condições que nos afectaram econòmicamente, não só pelo volume que tivemos que adquirir, tanto por falta de produção própria como, principalmente, pelas condições especiais em que nos vemos compelidos a tomá-la, consequência, em grande parte, da regulação das águas do Tejo estar dependente da empresa espanhola concessionária deste rio.

Lembramos ainda as condições particulares que regulam a nossa obrigação de fornecimento de energia à indústria electroquímica.

Esperamos que a situação criada, que cada dia levanta maiores dificuldades ao normal abastecimento da nossa própria rede, mereça cuidadoso estudo e solução equilibrada àqueles que sobre ela forem chamados a pronunciar-se.

É também de referir o encargo com a aquisição de energia resultante da elevação de tarifa de produção, na rede primária, oficialmente determinada, cuja liquidação foi realizada só no

fim do ano, apesar de o aumento se considerar a partir de Janeiro de 1964. Tal determinação não poderá deixar, lògicamente, de vir a ter compensação futura numa revisão de tarifas, em todos os escalões de distribuíção, pois só assim será possível manter o equilíbrio económico das empresas adquirentes de energia.

Em virtude da fraca hidraulicidade do ano, foi também muito inferior a produção das centrais hidroagrícolas, que nos estão entregues. As entidades oficiais, como segurança e com prevenção contra continuação do regime natural de estiagem, só muito tarde, em Dezembro, permitiram o funcionamento das suas centrais.

O rendimento das centrais atingiu, assim, os seguintes valores:

Utilização de potência	3 334	horas
Factor de utilização	0,38	
Utilização de ponta	3 543	horas
Factor de carga	0,40	

OBRAS REALIZADAS

No ano de 1965, a Direcção teve a preocupação premente de melhorar os seus abastecimentos de energia, o que justifica o valor de investimentos, em linhas e redes de distribuição, na importância de 25 141 354$51, da qual 20 800 594$23 destinada à grande distribuição e 4 340 760$28 à pequena distribuição.

Além de vários ramais, construímos novas linhas que merecem destaque: Entroncamento — Maceira, Pracana — Portalegre e Glória — Porto Alto, todas a 60 kV e numa extensão total de 118 quilómetros; a primeira já concluída e as outras

próximas do seu acabamento. Temos ainda em via de conclusão a linha a 30 kV Alcanena — Minde.

Como complemento da rede de 60 kV, estamos construindo duas subestações, a de S. Vicente, junto a Portalegre, e a de Glória/Porto Alto, ambas a 60-30 kV ; a primeira quase concluída e a segunda em início.

Em baixa tensão, estamos já a fornecer a Proença-a-Nova e às redes de Crucifixo e Souto (de Abrantes) e de Alter Pedroso (de Alter do Chão).

Continuamos a prestar a nossa activa colaboração às Câmaras Municipais, na electrificação de localidades, apesar de sabermos que a sua exploração é deficitária.

OBRAS PROJECTADAS

Além de vários ramais, há em projecto, a realizar no próximo ano, uma segunda linha Maceira — Pataias, a 60 kV.

NOVOS APROVEITAMENTOS

A Empresa não tem descurado o interesse do seu planeamento hidráulico, de grande importância, quer para ela quer para o desenvolvimento nacional.

Verifica-se, anualmente, uma inconstância hidrológica e um aumento de consumo de energia, este em ritmo cada vez mais acelerado.

Por outro lado, a nossa Empresa, para satisfazer o cumprimento de imposição legal e as exigências da sua rede teve que comprar grande volume de energia.

Tais circunstâncias certamente chamarão a atenção para o nosso aproveitamento de Fratel que só espera a resolução oficial para se entrar no campo da realização.

É oportuno lembrar o plano de Espanha: a construção, até 1970, de uma barragem, no curso inferior do Tejo, cuja albufeira constituirá o maior lago artificial de Espanha e que armazenará 3 333 milhões de m^3 de água e, em projecto, uma barragem internacional, na foz do rio Sever, com uma potência de 260 megawatts.

A H. E. A. A. já pediu, a Sua Excelência o Secretário do Estado da Indústria, a atenção para tal projecto e tem esperança de que a nossa pretensão ao mesmo troço internacional do Tejo será lògicamente defendida, para o que contamos com a alta visão de Sua Excelência, sobre o interesse nacional e as prerrogativas adquiridas.

UNIÃO FABRIL DO AZOTO

A indústria electroquímica, consequência da fraca pluviosidade do ano, recebeu só 55 % da energia que recebe nos anos com condições normais de hidraulicidade.

No nosso fornecimento à U.F.A., houve uma diminuição de 51 724 895 kWh, em relação ao ano anterior.

A central de Belver produziu:

Considerando o ano civil	155 864 000 kWh
Considerando o ano hidrológico	127 778 000 kWh

tendo sido fornecido à U.F.A.:

no ano civil	36 193 500 kWh
e no ano hidrológico	6 894 500 kWh

isto é, respectivamente, 23,2 % e 5,39 % da produção daquela central.

COMPARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS

Em 1965, continuámos a desempenhar funções, nos Corpos Gerentes da S.E.O.L., da C.E.A.L. e da C.N.E., empresas a que dedicamos a nossa melhor atenção, intervindo com a nossa colaboração, especialmente, nas duas primeiras, na continuidade da electrificação nas regiões que, respectivamente, lhes foram concessionadas.

GRÉMIO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE ELECTRICIDADE

Mais um ano, estivemos presentes na Direcção deste Organismo, que continua a desenvolver, activa e eficientemente, a sua acção, valorizando cada vez mais o seu papel de alta utilidade no campo corporativo que ocupa.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Estes resultados foram altamente influenciados pela doutrina estabelecida, em relação à Licença de Estabelecimento Comercial e Industrial, de taxa tornada arbitrária e pelo Imposto do Ultramar.

Do Fundo de Reserva Especial registado no ano anterior, nos termos do período transitório concedido pelo Código do Imposto de Mais-Valias, foram incorporados 37 000 contos no capital social, que de 363 000 passou a 400 000 contos, por escritura de 10 de Janeiro de 1966.

Nestas condições, o saldo do exercício foi de 35 054 096$12,

que, acrescido de 975 245$76, que passou do ano anterior, perfaz 36 029 341$88, para o qual propomos a seguinte aplicação:

Fundo de Reserva Legal	2 000 000$00
Dividendo (9 % cativo de impostos)	32 670 000$00
Saldo para conta nova	1 359 341$88
	36 029 341$88

AGRADECIMENTOS

Ao Digníssimo Conselho Fiscal, manifestamos a expressão do nosso reconhecimento, pela excelente colaboração prestada e pelo permanente interesse por todos os assuntos da nossa Empresa.

Aos Ex.^{mos} Senhores Accionistas, o nosso maior reconhecimento pelo apoio e confiança com que nos honraram.

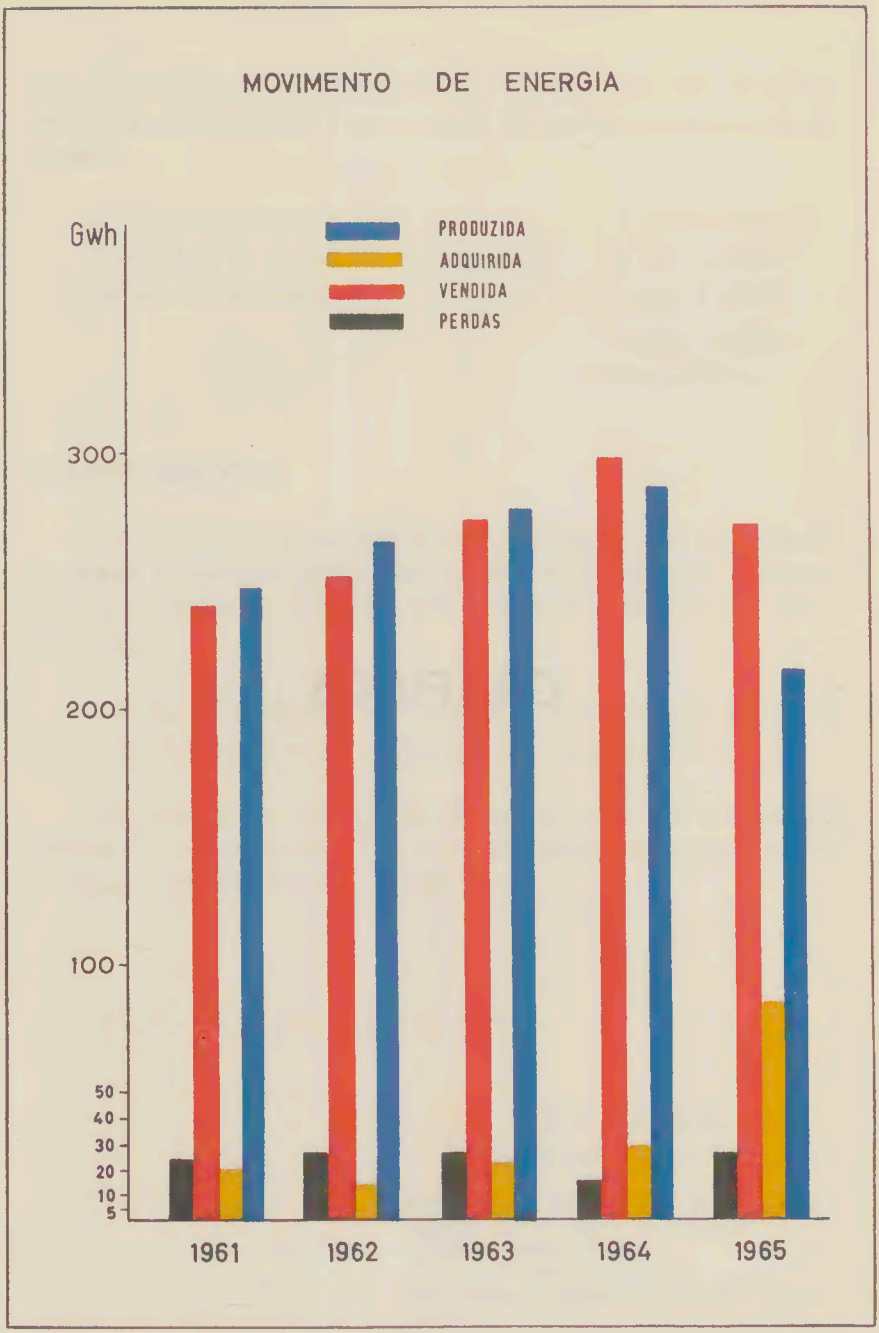
Ao Pessoal ao serviço da Empresa, que nos manifestou dedicação, competência e boa vontade, testemunhamos também o nosso caloroso reconhecimento.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1966.

PELA DIRECÇÃO
A COMISSÃO EXECUTIVA

António José Martins Galvão
Alfredo Victor Lopes de Azevedo
Vergílio Godinho Nunes
António Themudo de Castro
José Manuel Homem de Macedo Nogueira

GRÁFICOS


MOVIMENTO DE ENERGIA
Gwh
PRODUZIDA
ADQUIRIDA
VENDIDA
PERDAS
300
200
100
50
40
30
20
10
5
1961
1962
1963
1964
1965

DESCARREGAMENTOS MEDIDOS EM kwh HAVIDOS NAS ALBUFEIRAS DE PRACANA E BELVER NO ANO HIDROLÓGICO DE 1964-65

DESCARREGAMENTOS TURBINAVEIS

- PRACANA — 400.000 kwh
- BELVER — 5.000.000 kwh

DESCARREGAMENTOS TOTAIS

- PRACANA — 11.700.000 kwh
- BELVER — 48.200.000 kwh

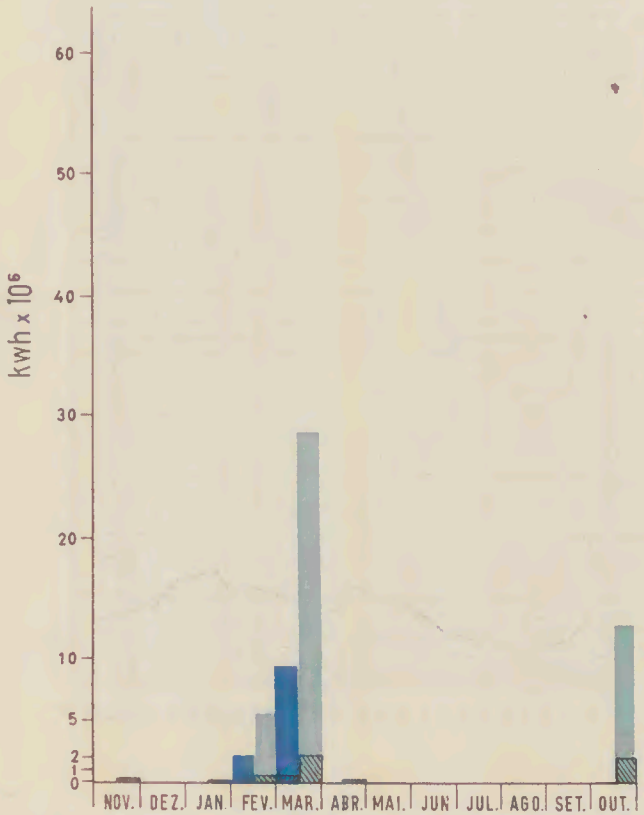
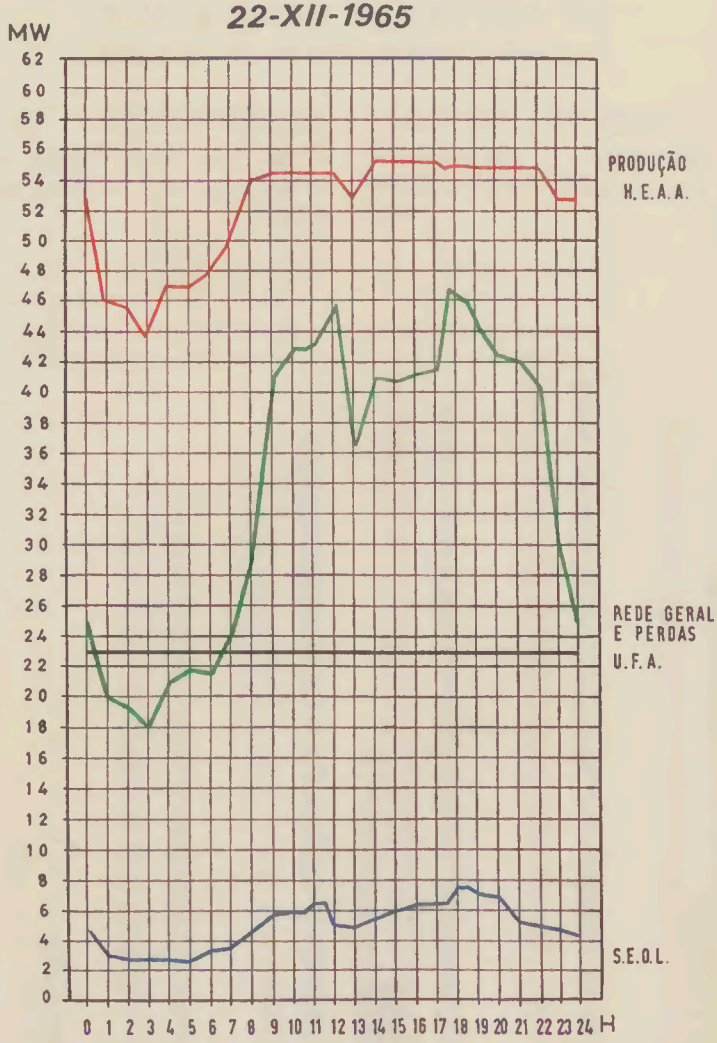
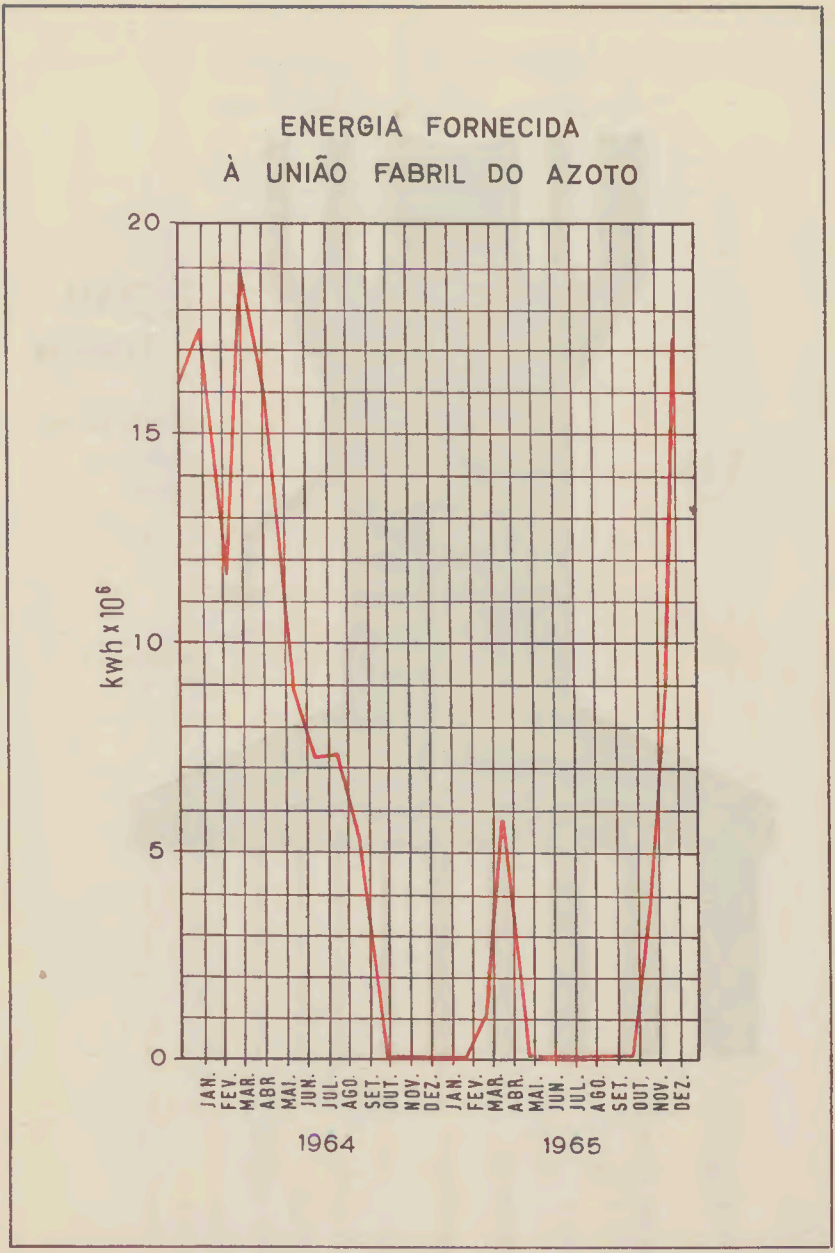
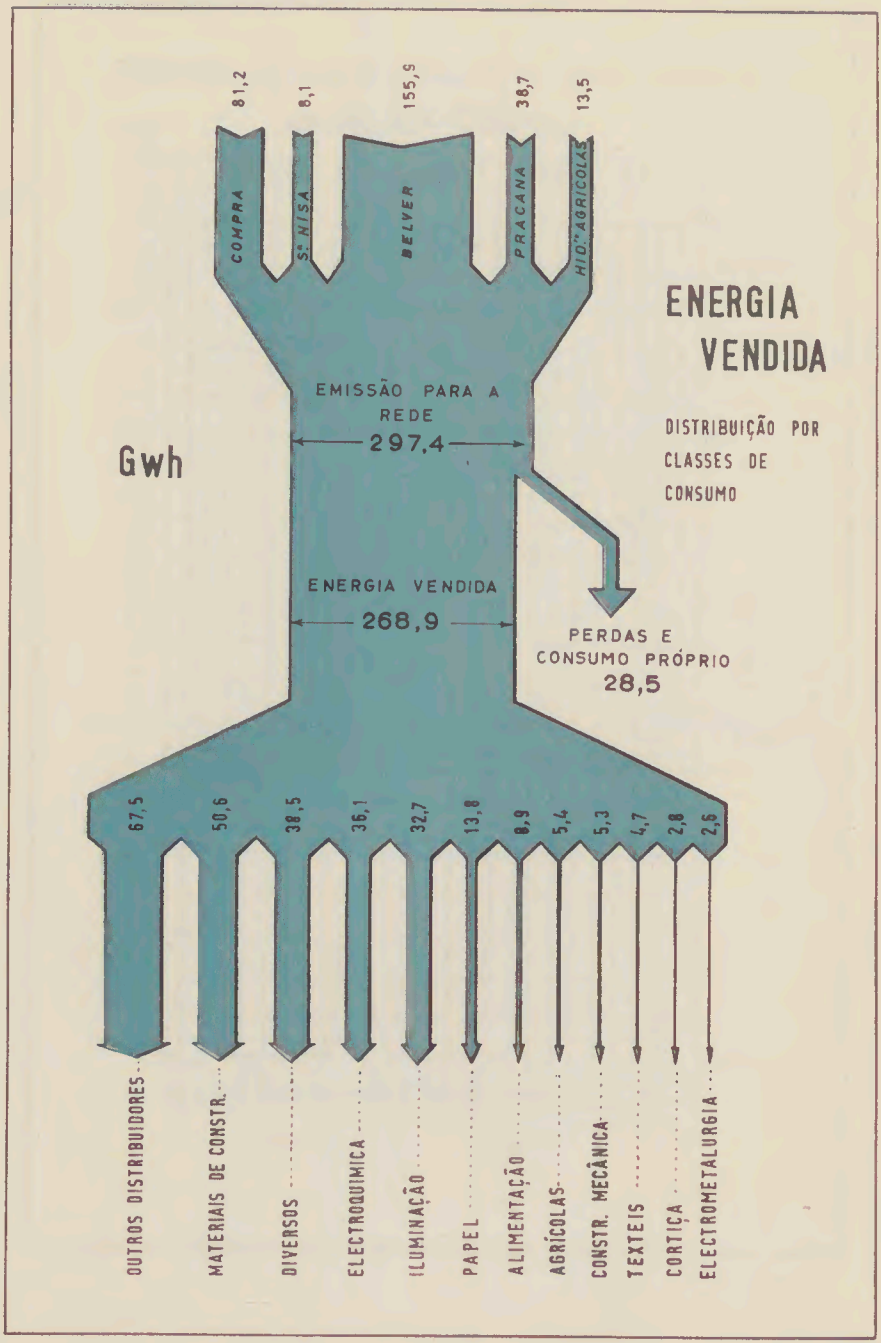


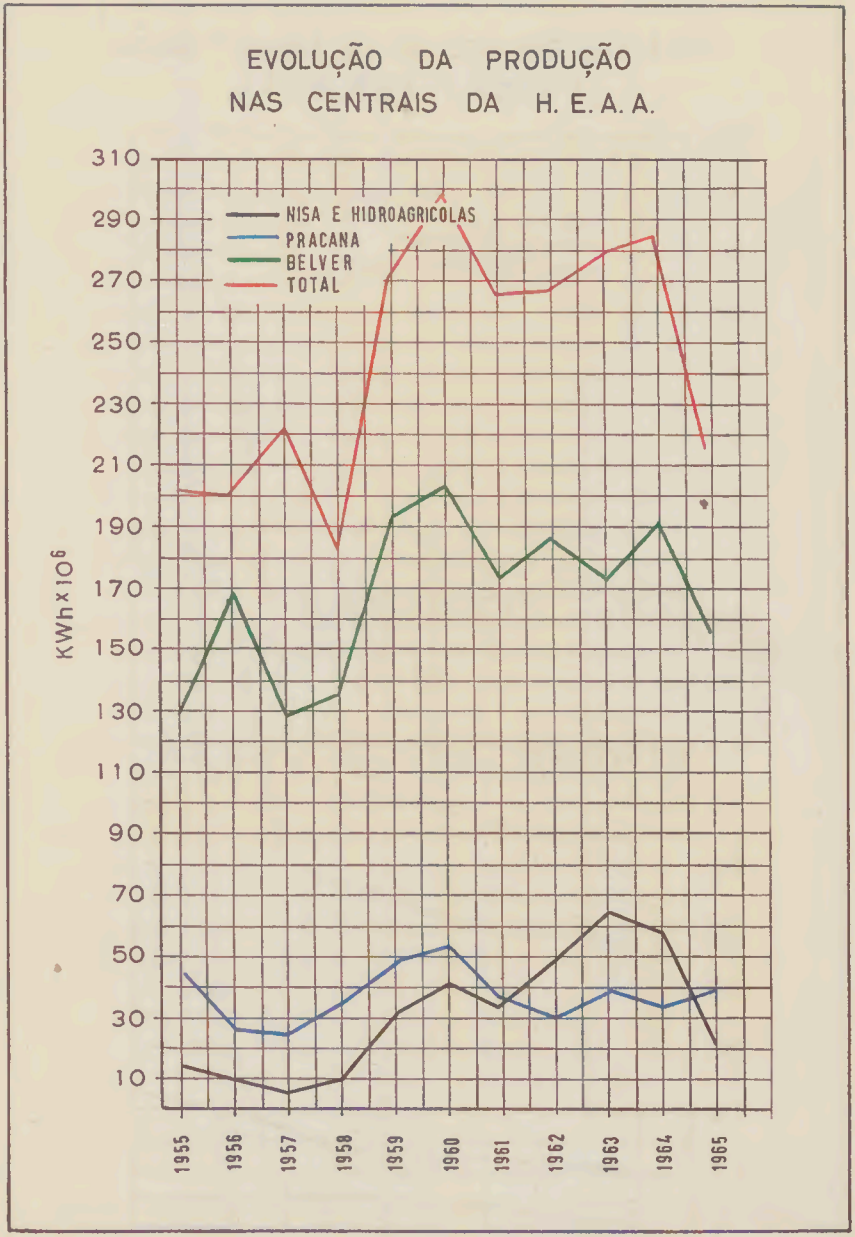
DIAGRAMA DE CARGAS DO DIA DE MAIOR EMISSÃO

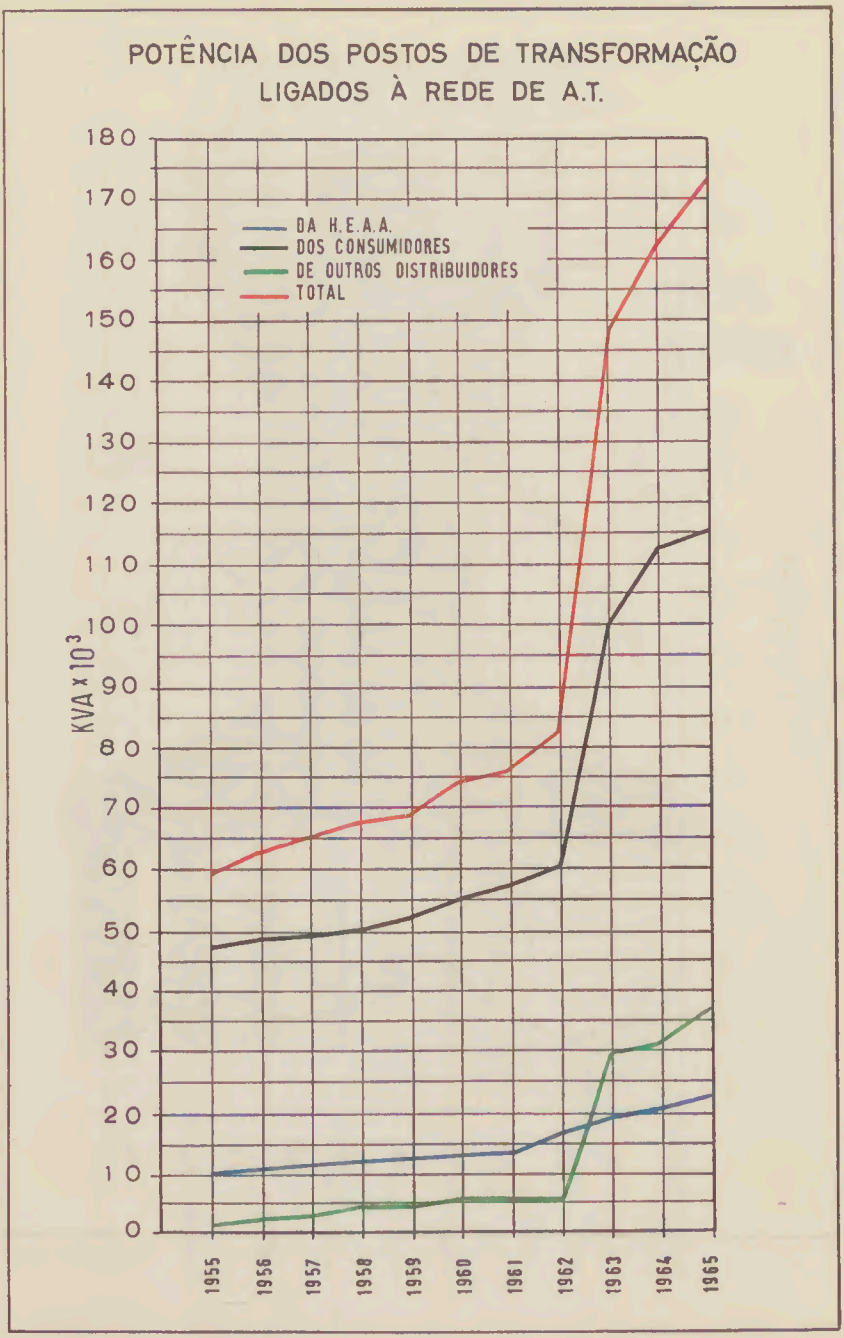
22-XII-1965




ENERGIA FORNECIDA
À UNIÃO FABRIL DO AZOTO
kwh x 10⁶
20
15
10
5
0
JAN.
FEV.
MAR.
ABR
MAI.
JUN.
JUL.
AGO.
SET.
OUT.
NOV.
DEZ.
JAN.
FEV.
MAR.
ABR.
MAI.
JUN.
JUL.
AGO.
SET.
OUT.
NOV.
DEZ.
1964
1965


ENERGIA VENDIDA
DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES DE CONSUMO
Gwh
COMPRA 81,2
Sª NISA 8,1
BELVER 155,9
PRACANA 38,7
HID.ª AGRICOLAS 13,5
EMISSÃO PARA A REDE 297,4
ENERGIA VENDIDA 268,9
PERDAS E CONSUMO PRÓPRIO 28,5
OUTROS DISTRIBUIDORES 67,5
MATERIAIS DE CONSTR. 50,6
DIVERSOS 38,5
ELECTROQUIMICA 36,1
ILUMINAÇÃO 32,7
PAPEL 13,8
ALIMENTAÇÃO 8,9
AGRÍCOLAS 5,4
CONSTR. MECÂNICA 5,3
TEXTEIS 4,7
CORTIÇA 2,8
ELECTROMETALURGIA 2,6


EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO
NAS CENTRAIS DA H. E. A. A.
NISA E HIDROAGRICOLAS
PRACANA
BELVER
TOTAL
KWh x 10⁶
310
290
270
250
230
210
190
170
150
130
110
90
70
50
30
10
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965


POTÊNCIA DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO
LIGADOS À REDE DE A.T.
DA H.E.A.A.
DOS CONSUMIDORES
DE OUTROS DISTRIBUIDORES
TOTAL
KVA x 10³
180
170
160
150
140
130
120
110
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965

BALANÇO
E
RESULTADOS GERAIS

Balanço geral da Hidro-Eléctrica Alto Alen

ACTIVO

DISPONÍVEL		
Caixa	494 149$69	
Caixa das Secções	823 152$25	
Depósitos à ordem	388 863$32	1 706 165$26
REALIZÁVEL		
Consumidores	26 526 596$95	
Armazéns	30 314 571$72	
Devedores e Credores (Saldos Devedores)	4 364 738$58	
Acções Próprias e de Participação	35 462 400$00	
Cotas Diversas	9 018 100$00	105 686 407$25
CONDICIONADO		
Depósitos de Garantia	247 149$85	
Papéis de Crédito em Depósitos de Garantia	10 596 000$00	10 843 149$85
IMOBILIZADO		
Instalações de Produção : —		
No sistema da ribeira de Nisa	50 879 006$47	
No Ponsul	248 278$32	
No Ocreza (Pracana)	132 389 743$16	
No Tejo (Belver)	287 470 089$83	
Instalações de Distribuição	277 957 841$83	
Instalações de Administração	15 801 408$32	
Laboratório e Oficinas	1 683 758$26	
Material Circulante	301 098$59	
Estudos do Alvito (No Ocreza)	11 489 931$38	
Estudos do Fratel (No Tejo)	2 563 000$97	
Obras (Diversas)	5 358 281$85	786 142 438$98
CONTAS DE ORDEM		
Títulos em Caução	400 000$00	
Valores à Cobrança	17 943$50	417 943$50
		904 796 104$84

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1966.

O GUARDA-LIVROS

António da Paz Henriques

tejo fechado em 31 de Dezembro de 1965

PASSIVO		
EXIGÍVEL		
Receitas de Conta Alheia	114 821$30	
Dividendos	630 812$75	
Devedores e Credores		
(Saldos Credores)	19 404 817$58	
Caixa Nacional de Crédito		
(C/ Empréstimo)	71 091 468$00	
Banco de Fomento Nacional		
(C/ Empréstimo)	22 636 053$40	
Obrigações	56 837 000$00	170 714 973$03
NÃO EXIGÍVEL		
Capital	363 000 000$00	
Fundo de Reserva Legal	29 000 000$00	
Fundo de Reserva Especial	49 000 000$00	
Reintegrações Gerais	157 881 600$45	
Reintegrações Especiais	98 752 245$98	697 633 846$43
RESULTADOS:		
Saldo de 1964	975 245$76	
Exercício de 1965	35 054 096$12	36 029 341$88
CONTAS DE ORDEM		
Credores por Títulos em Caução	400 000$00	
Receitas Processadas	17 943$50	417 943$50
		904 796 104$84

OS DIRECTORES

a) *António José Martins Galvão*

a) *José Manuel Homem de Macedo Nogueira*

Desenvolvimento da Conta de «Lucros e Perdas»

DÉBITO			CRÉDITO	
DESPESAS GERAIS		19 621 163$94	*Saldo do exercício de 1964, deduzidas as verbas lançadas a diversas contas, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 25 de Março de 1965*	975 245$76
JUROS DE EMPRÉSTIMOS ..		6 403 313$80		
RESULTADOS LÍQUIDOS			EXPLORAÇÃO	
Saldo que veio de 1964	975 245$76		*Lucro ilíquido*	59 231 115$38
Exercício de 1965	35 054 096$12	36 029 341$88	*Lucros e Rectificações em Diversas Contas* ...	1 847 458$48
		62 053 819$62		62 053 819$62

O GUARDA-LIVROS
António da Paz Henriques

OS DIRECTORES
a) *António José Martins Galvão*
a) *José Manuel Homem de Macedo Nogueira*

PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

No desempenho da sua função o Conselho Fiscal da vossa Empresa vem apresentar o seu parecer sobre o Relatório e Contas do Exercício de 1965.

Apesar das difíceis condições em que decorreu o ano hidrológico como pormenorizadamente a Ex.ma Direcção relata, salienta-se que não deixaram de se efectivar as obras necessárias à satisfação da segurança na distribuição de energia e ao aumento resultante das solicitações de novos consumidores.

E do exame das contas que com regularidade o vosso Conselho Fiscal efectuou durante o exercício, torna-se imperioso dar o seguinte parecer:

1.° — Que aproveis o Relatório e Contas apresentado pela Direcção;

2.° — Que aproveis um voto de louvor à Ex.ma Direcção que devotadamente se consagrou aos múltiplos trabalhos administrativos e técnicos, englobando nele todos os funcionários que prestaram à nossa Empresa a sua leal e melhor colaboração.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1966.

O CONSELHO FISCAL

Raúl Alves Mineiro
José Fernando Reynolds de Sousa
Jorge Cardoso Pereira da Silva Mello e Faro
João Monteiro da Fonseca
Duarte Ruy da Câmara Jara d'Orey

1966
Oficina Gráfica, Limitada
R. da Oliveira ao Carmo, 8
Telefone 32 28 86 // Lisboa